



Agricultura urbana e periurbana: análise de suas particularidades em Regente Feijó/SP e em Centre Wellington/ON – Canadá

Urban and peri-urban agriculture: analysis of its particularities in Regente Feijó/SP and Centre Wellington/ON - Canada

Bruna Trevisan Negri ; Antonio Nivaldo Hespanhol 

Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, SP, Brasil.

E-mail: nivaldo.hespanhol@unesp.br

*Email para correspondência: bruna.negri@unesp.br

Recebido (Received): 13/01/2023

Aceito (Accepted): 04/06/2024

Resumo: A agricultura urbana e periurbana (AUP) é uma modalidade de produção agropecuária realizada nas cidades e no seu entorno. Seus reconhecidos benefícios, que abrangem as esferas social, ambiental e econômica, têm feito com que esta prática se torne cada vez mais popular em diversos países. O objetivo deste artigo é compreender as particularidades da AUP praticada nos municípios de Regente Feijó, localizado no interior do Estado de São Paulo, no Brasil, e *Centre Wellington*, localizado na província de Ontário, no Canadá; analisando como este tipo de agricultura pode contribuir com a melhoria da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e com o abastecimento alimentar local, favorecendo a disseminação do conhecimento sobre a AUP e a elaboração e implementação de políticas públicas que estimulem e apoiem seu desenvolvimento. Os dados primários apresentados no trabalho foram coletados principalmente por meio de entrevistas com agricultores urbanos e periurbanos e com outras pessoas-chave de ambos os municípios. Os resultados revelaram que, apesar das práticas de AUP dos municípios estudados serem diferentes em alguns aspectos, como por exemplo a finalidade das produções – predominantemente voltada ao autoconsumo em Regente Feijó e à comercialização em *Centre Wellington* – elas contribuem de forma significativa para a melhoria da SAN e para o abastecimento alimentar local em ambas as localidades. Além disto, foi constatado que, tanto na área estudada no Brasil, quanto na área estudada no Canadá, a AUP não é contemplada com apoio governamental adequado, sendo este um dos principais desafios para seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Segurança alimentar; Políticas públicas; Abastecimento alimentar local.

Abstract: *Urban and peri-urban agriculture (UPA) is a type of agricultural production that takes place within cities and in their surroundings. Its recognized benefits, which encompass the social, environmental and economic spheres, have made this practice increasingly popular in several countries. The objective of this article is to understand the particularities of the UPA practiced in Regente Feijó, a municipality located in the interior of the Brazilian State of São Paulo, and Centre Wellington, located in the province of Ontario, in Canada; analyzing how this type of agriculture can contribute to the improvement of food security and the local food supply of both landscapes, and contributing to the dissemination of knowledge about UPA and the elaboration and implementation of public policies that stimulate and support its development. The primary data presented in this paper were collected mainly through interviews with urban and peri-urban farmers and other key people of UPA in both municipalities. The results revealed that, despite the UPA practices of researched municipalities being different in some aspects, such as the purpose of the productions - predominantly aimed at self-consumption in Regente Feijó and at commercialization in Centre Wellington - they contribute significantly to the improvement of food security and for local food supply in both locations. In addition, it was found that, both in the area studied in Brazil and in the area examined in Canada, UPA does not receive adequate government support, which is one of the main challenges to its development.*

Keywords: *Food security; Public policies; Local food supply.*

1. Introdução

O crescimento da população urbana ocorrido nas últimas décadas em muitos países, trouxe consigo o aumento da pobreza nas cidades, e gerou - ou intensificou - casos de insegurança alimentar. Este processo acarretou o surgimento de novas demandas que não tinham tanta importância anteriormente, como, por exemplo, a produção agrícola para autossustentação. A agricultura urbana e periurbana (AUP) é uma prática que vem ganhando notoriedade no mundo todo e que consiste, de forma geral, no cultivo de vegetais e na criação de pequenos animais nas cidades (espaço intraurbano) e em seus entornos imediatos (espaço periurbano). A AUP pode ser realizada em pequena escala, para o consumo familiar, ou, ainda, em proporções maiores, visando a comercialização dos alimentos.

A localização geográfica deste tipo de agricultura é, de fato, um de seus diferenciais. Como muito se discute entre os teóricos da escola do desenvolvimento territorial-rural na Geografia brasileira, há inúmeras contradições na compreensão das relações campo-cidade, e mesmo a distinção entre o que é campo e o que é cidade gera debates na disciplina. O processo de periurbanização, que se fundamenta nas relações cidade-campo com o tecido urbano se expandindo sobre as áreas rurais, torna esta diferenciação ainda mais difícil, implicando diretamente nas definições de práticas agrícolas realizadas nestas áreas.

Steinberg (2003, p. 76, tradução nossa) define a periurbanização como: “[...] um crescimento urbano descontínuo, geralmente ligado às cidades antigas e vilas rurais na periferia da aglomeração mãe, e que deixa, entretanto, grandes áreas dedicadas à agricultura, floresta e recreação ao ar livre [...]”. Assim, as áreas periurbanas, além de comportarem uma grande associação entre o rural e o urbano, ainda tendem a aumentar sua extensão tornando os limites cada vez mais indefinidos. Espanha (1991) considera o espaço periurbano como plurifuncional, visto que nele coexistem usos do solo e aspectos urbanos e rurais, e nele se submetem rápidas transformações físicas, econômicas e sociais, relacionadas à proximidade de tal espaço dos núcleos urbanos, onde o dinamismo tem presença forte. Vale e Gerardi (2006) afirmam que esta mistura de usos do solo não é um aspecto exclusivo do espaço periurbano, visto que não é incomum a presença de práticas agrícolas no espaço urbano, a exemplo da AUP, e a implantação de indústrias em áreas rurais também já não é tão incomum. A questão, segundo as autoras, é que no espaço periurbano esta mistura é muito mais intensa, implicando características e dinâmicas próprias desta área.

Desta forma, como será discutido nas próximas seções, tanto em países em desenvolvimento, como o Brasil, quanto em países mais desenvolvidos, como o Canadá, a AUP coexiste com outras práticas urbanas, como a indústria e o desenvolvimento residencial, criando um mosaico de usos do solo que exemplifica a multifuncionalidade dos espaços urbanos e periurbanos. Esse arranjo permite uma integração mais harmônica entre as atividades urbanas e rurais, promovendo benefícios ambientais, sociais e econômicos, ao mesmo tempo que desafia as tradicionais distinções entre cidade e campo.

De acordo com Mougeot (2000) o principal aspecto que diferencia a AUP da agricultura praticada no meio rural não diz respeito somente à sua localização geográfica, mas sim ao fato de que este tipo de agricultura interage e está integrada ao ecossistema urbano. A AUP não apenas está vinculada às cidades por sua localização, mas vincula-se também às dinâmicas urbanas ou metropolitanas e articula-se com a gestão territorial e ambiental das cidades (PIRES, 2016).

A relevância desta modalidade de produção agropecuária está relacionada às contribuições que ela pode proporcionar em diversos âmbitos. Primeiramente, destaca-se que ela é bastante identificada com a produção sustentável, sendo um meio eficaz de reduzir os impactos ambientais provocados pelo cultivo de alimentos e promovendo mais qualidade ambiental nas cidades. Apesar de a AUP não ser realizada exclusivamente de forma orgânica, ou seja, sem a utilização de produtos químicos e sementes transgênicas, as produções destinadas ao consumo familiar são predominantemente desenvolvidas desta forma, tornando-se uma fonte de alimentos saudáveis e sem contaminantes; e ajudando a proteger os recursos naturais.

Este tipo de agricultura também está intimamente ligado à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que segundo o Art. 3º da Lei Nº 11.346 de 15 de setembro de 2006:

(...) consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006, n.p).

As contribuições da produção de alimentos nas cidades e em seus entornos para a melhoria e garantia deste princípio podem ocorrer de formas variadas. Sendo destinados principalmente ao consumo familiar, os

alimentos advindos da AUP podem proporcionar uma dieta mais variada e saudável aos membros da família do agricultor, aumentando a quantidade e melhorando a qualidade dos alimentos consumidos, além de garantirem certa estabilidade alimentar durante todo o ano. Estas famílias também podem reduzir suas despesas com alimentos a partir da AUP, já que elas deixam de adquirir os alimentos que estão disponíveis em seus cultivos. Além disto, por vezes é feita a comercialização dos excedentes alimentares, gerando renda.

Para os casos em que o principal propósito da produção é a comercialização, a AUP também apresenta a vantagem de localizar-se próxima aos mercados, reduzindo o número de intermediários no processo de fornecimento e evitando longas distâncias de transporte, podendo reduzir o preço dos alimentos para o consumidor final e torná-los acessíveis à mais pessoas.

Apesar de, no geral, esta modalidade de agricultura ser muito benéfica, ela também pode representar problemas e riscos, além de enfrentar muitos desafios para seu desenvolvimento. Os efeitos da poluição industrial, por exemplo, podem contaminar os recursos utilizados no cultivo urbano, como a água e o solo. Isto gera riscos não apenas aos agricultores, mas também aos consumidores dos alimentos produzidos. A utilização de agrotóxicos na AUP também é algo muito sério, especialmente pela proximidade das residências, aumentando os riscos de contaminação. Uma alternativa para a eliminação de tais riscos é a agricultura orgânica de base agroecológica, podendo incluir a utilização de “[...] agentes de biocontrole, diversos fertilizantes líquidos, as caldas sulfocálcica, viçosa e bordalesa, feromônios, extratos de plantas, entre outros.” (AQUINO; ASSIS, 2007, p. 141).

O principal desafio enfrentado para o desenvolvimento da AUP, no entanto, está relacionado à falta de políticas públicas e de apoio governamental adequado destinado a este tipo de agricultura. Como será mostrado nos resultados deste trabalho, este é um obstáculo que existe para a AUP se desenvolver não somente no Brasil.

Este artigo é resultado da pesquisa de mestrado intitulada “Agricultura urbana e periurbana em Regente Feijó/SP: Análise de suas particularidades e comparação com o caso de *Centre Wellington/ON – Canadá*”. O objetivo deste trabalho é compreender as particularidades da AUP praticada em Regente Feijó, município brasileiro localizado no oeste estado de São Paulo, e em *Centre Wellington*, município localizado na província de Ontário, no Canadá; e dentre estas particularidades, entender como a AUP contribui para a SAN e para o abastecimento alimentar destas localidades. O intuito desta investigação é, também, contribuir para a disseminação e ampliação do conhecimento sobre a produção de alimentos em espaços urbanos e periurbanos e com a elaboração e implementação de políticas públicas que apoiem e estimulem esta modalidade de agricultura.

2. Materiais e métodos

A pesquisa exigiu, primeiramente, a revisão da literatura no tema principal buscando entender o que é a AUP, como ela se diferencia da agricultura praticada no meio rural, quais suas principais características, benefícios, riscos e desafios. Além disto, foram realizadas pesquisas em *sites*, livros, teses, dissertações e artigos a respeito das políticas públicas de apoio à AUP que se aplicam aos agricultores de Regente Feijó e de *Centre Wellington*, buscando conhecê-las e entender seu funcionamento.

Em Regente Feijó os dados primários foram obtidos por meio da realização de entrevistas semiestruturadas com 20 agricultores de unidades produtivas de AUP do município, notadamente aqueles que se intitularam os principais responsáveis pela unidade pesquisada. Este número foi obtido a partir de uma averiguação preliminar, feita na fase de elaboração do projeto de pesquisa, com a ajuda do engenheiro agrônomo responsável pela Secretaria da Agricultura do município e de alguns agricultores urbanos/periurbanos previamente identificados. Nesta averiguação preliminar, o engenheiro agrônomo e os agricultores previamente identificados indicaram outros agricultores urbanos/periurbanos conhecidos e solicitaram que eles também fizessem indicações, e assim sucessivamente, até que os dados e informações comesçassem a se repetir. Obteve-se um número total aproximado de 50 agricultores urbanos/periurbanos no município estudado, e a partir deste número, a amostra de estudo foi definida em 20 agricultores, que compõem aproximadamente 40% do total. O registro das informações e dos dados obtidos através das entrevistas foi feito por meio de anotações. Posteriormente, os dados foram digitalizados e sistematizados, dando origem às tabelas e gráficos apresentados e analisados adiante.

Além dos agricultores, também foram entrevistados dois representantes de instituições públicas de Regente Feijó: o presidente da Câmara Municipal e o engenheiro agrônomo responsável pela Casa da Agricultura do município, com o objetivo de entender qual o conhecimento dos entrevistados a respeito das

práticas de AUP existentes na cidade e qual o papel exercido por estas instituições públicas no apoio a agricultura na cidade e no seu entorno.

A etapa seguinte da pesquisa foi a realização de um estágio de pesquisa de seis meses na *University of Guelph*, no Canadá, com o objetivo de caracterizar a AUP praticada no município de *Centre Wellington*, na província de Ontário. Assim como em Regente Feijó, foram realizadas entrevistas com seis agricultores de unidades produtivas localizadas em áreas urbanas e periurbanas de *Centre Wellington*, notadamente aqueles que se intitularam os principais responsáveis pela unidade pesquisada. A seleção destas pessoas ocorreu principalmente por meio de indicações: os próprios entrevistados foram indicando outros agricultores conhecidos dentro do município. De acordo com o tempo disponível para a realização da pesquisa, e conforme os resultados começaram a se repetir, foi chegado ao número final de seis agricultores pesquisados, representando, portanto, seis unidades produtivas de AUP.

Em *Centre Wellington* também foi entrevistado um representante do poder público, sendo ele o Diretor Geral de Planejamento e Desenvolvimento do município. Assim como foi feito na pesquisa no Brasil, o objetivo desta entrevista foi entender como as práticas de AUP de *Centre Wellington* são vistas pelo governo municipal e qual o apoio destinado a elas. Também foi realizada uma entrevista com uma representante do “*The Centre Wellington Community Garden Network*”, que é o grupo que organiza e é responsável pelas hortas comunitárias existentes na área urbana do município. Além disto, três das sete hortas comunitárias existentes em *Centre Wellington* foram visitadas, com o objetivo de observar seu funcionamento e conhecer os agricultores participantes.

Por fim, os dados obtidos por meio das entrevistas realizadas no Canadá foram organizados e sistematizados, e posteriormente foram representados em tabelas e gráficos que serão apresentados a seguir.

3. Caracterização das áreas de estudo

O município de Regente Feijó está situado no Oeste Paulista (**Figura 1**) e é parte constituinte da Região Geográfica Intermediária e da Região Geográfica Imediata de Presidente Prudente. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o município ocupa uma área territorial de 263,280 km² e, de acordo com o Censo Demográfico de 2022 (IBGE), a população absoluta do município era de 20.145 habitantes, com densidade demográfica de 76,52 hab/km² (IBGE, 2024).

A incorporação desta região como nova fronteira de expansão dos cultivos de café e subsequentemente de algodão, amendoim, pecuária bovina e, mais recentemente, da cana-de-açúcar, expressa a importância das atividades agrícolas na região, e explica a grande identificação de boa parte da população com essas atividades, que foi percebida durante a realização dos trabalhos de campo com os agricultores urbanos e periurbanos, e que será revelada adiante.

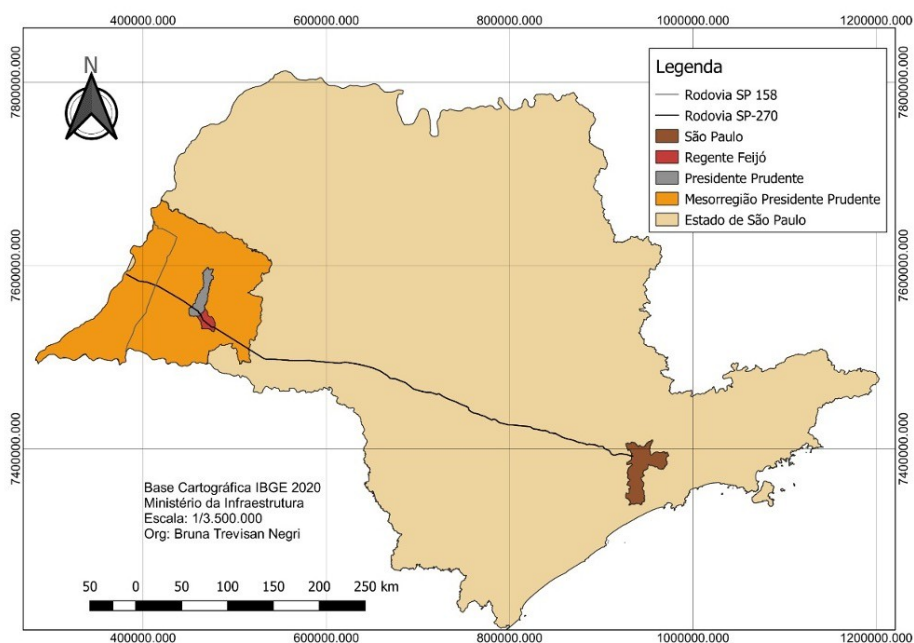


Figura 1: Localização do município de Regente Feijó no Estado de São Paulo.

O município de Regente Feijó, seguindo o padrão ocorrido no Brasil como um todo, passou por um processo de urbanização que redefiniu as relações cidade-campo, com um esvaziamento populacional do campo e um aumento nas migrações para a cidade. Neste cenário, a AUP, como veremos, constitui não apenas uma fonte de alimentos frescos e saudáveis, de geração de renda ou uma forma de lazer, ela também representa uma forma de manter viva esta tradição de praticar a agricultura, tanto para os migrantes que vieram do campo quanto para seus filhos e netos, em alguns casos.

O Canadá é considerado um país referência e um grande líder em AUP. De acordo com Levenston (2016), durante a Segunda Guerra Mundial o Governo Canadense estimulou a população urbana a cultivar alimentos em casa para contribuir com o esforço de guerra. Estas plantações, feitas nos quintais das casas, foram chamadas de “Victory Gardens”, ou seja, “Jardins da Vitória” e além de diminuir os problemas de escassez de alimentos existentes durante a Guerra, era também uma forma de unir a comunidade e promover uma ideia de resiliência e patriotismo, já que as pessoas estariam, por meio do cultivo de alimentos, contribuindo com o esforço de guerra (AHRENS, 2020; LEVENSTON, 2016).

O município de *Centre Wellington*, que foi escolhido para a análise da AUP no Canadá, e que é conhecido em inglês como “*Township of Centre Wellington*”, localiza-se no Sudoeste da província de Ontário. A localização do município pode ser visualizada na **Figura 2**. De acordo com Nelson, Knezevis e Landman (2013), esta área é naturalmente propícia para a produção de alimentos, sendo uma das mais férteis do Canadá, com grande disponibilidade de água e clima relativamente ameno.

Centre Wellington foi formado no ano de 1999 como resultado da fusão do município de *Fergus*, da vila de *Elora* e de porções dos municípios de *Nichol*, *Pilkington*, *West Garafraxa* e *Eramosa* (CENTRE WELLINGTON, 2022). O município contava com 28.191 habitantes no último Censo, realizado em 2016 (STATISTICS CANADA, 2016).

Tais características justificam o motivo pelo qual o município de *Centre Wellington* foi escolhido para a realização desta parte da pesquisa. Como foi exposto, em diversos aspectos *Centre Wellington* se aproxima de Regente Feijó, sendo os principais: ambos são municípios de pequeno porte, com volume populacional próximo e com certa tradição em relação à agricultura, tanto em áreas rurais quanto urbanas e periurbanas.

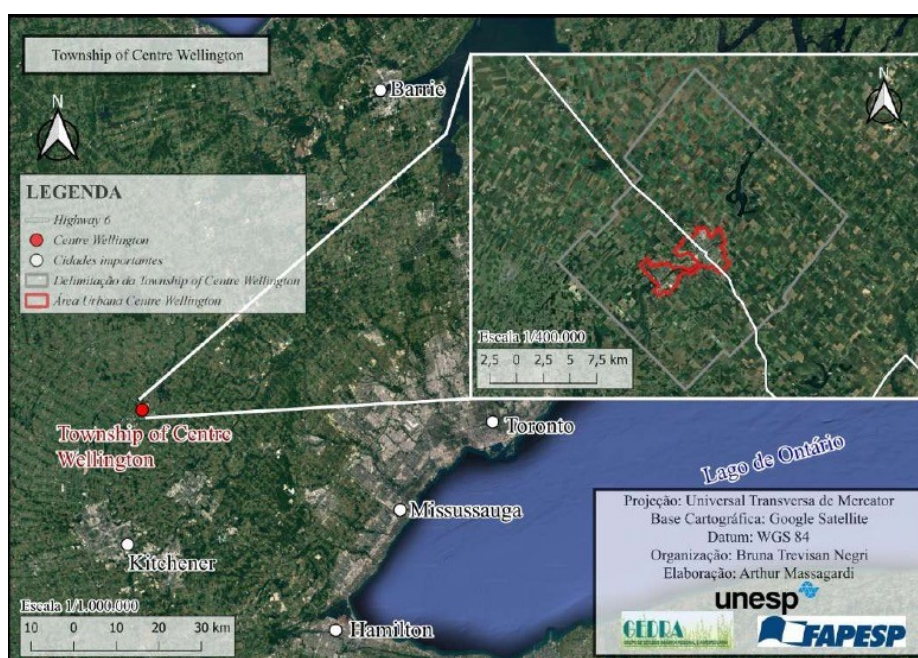


Figura 2: Localização de *Centre Wellington* na província de Ontário.

4. Resultados e discussões

4.1. Perfil dos agricultores responsáveis pelas unidades produtivas pesquisadas e caracterização da produção da AUP em Regente Feijó e em Centre Wellington

O primeiro aspecto analisado em relação ao perfil dos agricultores pesquisados diz respeito à sua caracterização por sexo. Enquanto em Regente Feijó 55% dos agricultores entrevistados são homens e 45% são mulheres, indicando uma ligeira predominância masculina na liderança das produções de AUP; em *Centre Wellington* quatro dos seis pesquisados são mulheres. Esta predominância feminina tem grande

significado do ponto de vista social, já que por vezes a produção de alimentos representa, para as mulheres envolvidas, um meio de conquistar sua independência financeira.

Também foi constatado que em *Centre Wellington* o grau de escolaridade dos agricultores é, em geral, mais alto do que em Regente Feijó. Enquanto no município brasileiro apenas 20% dos trabalhadores da AUP entrevistados afirmaram possuir ensino superior completo; no município canadense todos os agricultores pesquisados possuem este nível de formação, sendo que dois possuem ainda pós-graduação. Além disto, em Regente Feijó não foi identificado nenhum agricultor cuja formação seja em áreas correlatas à agricultura, enquanto em *Centre Wellington* dois agricultores pesquisados são formados em agronomia.

Outro ponto de divergência entre a AUP praticada nos municípios pesquisados diz respeito ao tempo de dedicação diária dos agricultores. Enquanto em *Centre Wellington* a AUP constitui uma atividade de tempo integral para todos os entrevistados, em Regente Feijó ela é uma atividade secundária ou um *hobby* para 75% dos agricultores pesquisados, e é uma atividade de tempo integral para apenas 25% deles. Isto pode estar relacionado, por exemplo, ao fato de nenhum dos agricultores pesquisados em Regente Feijó ter algum tipo de formação na área da agronomia ou outras áreas relacionadas à agricultura.

Em relação à faixa etária dos agricultores também foram identificadas diferenças significativas entre os municípios de Regente Feijó e *Centre Wellington*. Conforme demonstrado no gráfico da **Figura 3**, enquanto em Regente Feijó a maior parte dos pesquisados é de um grupo etário mais avançado, estando acima dos 60 anos de idade (60% dos agricultores), em *Centre Wellington* metade dos entrevistados tem menos de 40 anos. Estas informações podem revelar particularidades da prática da agricultura em ambos os países: enquanto no Brasil é uma prática mais popular entre as pessoas mais velhas, no Canadá ela é também procurada pelos mais jovens, que em muitos casos seguem carreira na profissão.

Uma relação importante pode ser estabelecida entre a faixa etária dos agricultores pesquisados em Regente Feijó e suas origens. Os dados obtidos apontaram que 75% dos pesquisados neste município vieram de áreas rurais e apenas 25% já nasceram na área urbana. Este dado evidencia a estreita relação, também identificada por Martins e Vilhoni (2012), entre a AUP e o êxodo rural no Brasil, ocorrido como consequência principalmente do processo de modernização da agricultura. Durante as entrevistas, especialmente com esta parcela de agricultores oriundos do campo, percebeu-se a familiaridade com as atividades agropecuárias relacionadas ao ambiente rural, e muitos deles relataram, inclusive, que praticam a AUP como uma forma de manter viva a tradição e os costumes que tinham na infância, relacionados à agricultura e ao cultivo dos próprios alimentos. Também cabe ressaltar que todos os agricultores pesquisados em Regente Feijó com menos de 40 anos de idade são oriundos da área rural e filhos de produtores rurais, o que os levou a continuar produzindo quando se deslocaram para a cidade.

Em *Centre Wellington*, por outro lado, apenas um dos agricultores pesquisados afirmou ter vindo da área rural, enquanto cinco deles nasceram e cresceram em áreas urbanas. Apesar desta divergência, notou-se que em ambos os municípios a AUP é uma atividade realizada predominantemente no seio da família, envolvendo na prática todos os membros, inclusive crianças, que ficam responsáveis pelas atividades mais simples e leves.

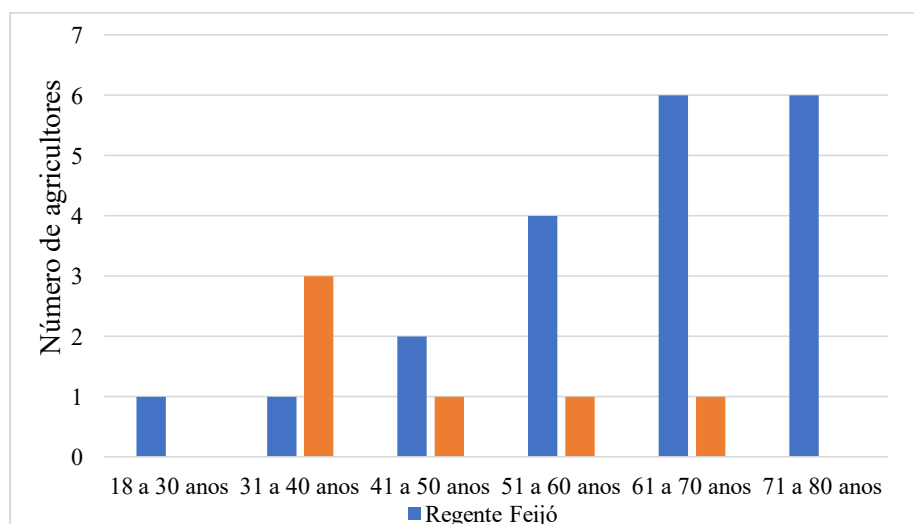


Figura 3: Faixa etária dos agricultores urbanos e periurbanos pesquisados em Regente Feijó/SP e em *Centre Wellington/ON*.

Outro aspecto analisado diz respeito à longevidade dos cultivos. Por meio deste dado foi percebido que tanto em Regente Feijó quanto em *Centre Wellington* a AUP constitui uma tradição. Em Regente Feijó, esta modalidade de agricultura já é desenvolvida há mais de 10 anos em 75% das unidades produtivas pesquisadas, e há mais de 20 anos em 50% delas. Em *Centre Wellington* ela também é uma atividade praticada já há algum tempo, pois dentre os seis cultivos pesquisados, três já existem há mais de 11 anos; dois existem há pelo menos seis anos e apenas um tem até cinco anos de existência. Esta é uma característica relevante a ser analisada, pois demonstra que a AUP não é uma atividade passageira, mas sim permanente, que faz parte da história dos municípios e também da dinâmica econômica, como será apresentado mais adiante.

No que diz respeito aos tipos de alimentos cultivados nas unidades pesquisadas, destaca-se a grande variedade encontrada nas pesquisas realizadas tanto no Brasil quanto no Canadá. No total amostrado, foram identificadas 63 espécies cultivadas com finalidades alimentares em Regente Feijó, e 54 em *Centre Wellington*. Nas duas localidades foram encontradas verduras (folhosas); legumes e leguminosas; tubérculos; plantas condimentares, medicinais e frutíferas. Destaca-se, no entanto, a predominância das frutíferas em Regente Feijó, tanto em variedade quando em incidência nos cultivos.

No caso de *Centre Wellington*, foi identificado certo equilíbrio entre os tipos de alimentos identificados, sendo que alguns deles não foram encontrados na pesquisa do Brasil, como uma variedade de nozes e um caso específico de produção de mel e de extração de “*maple sap*”, uma espécie de seiva que é processada e transformada em “*maple syrup*”, ou “xarope de bordo” em português, que é um alimento muito consumido na América do Norte, especialmente no Canadá. A riqueza de biodiversidade nas áreas de cultivo urbanas e periurbanas é uma característica frequente, constatada também nos estudos de Pessoa (2005), que analisou a AUP no município de Santa Maria/RS, por exemplo.

A principal diferença constatada entre a AUP de Regente Feijó e de *Centre Wellington* está relacionada ao destino dos alimentos produzidos. Em Regente Feijó 75% dos agricultores entrevistados disseram que a principal finalidade da produção é o autoconsumo, e 25% afirmaram que a principal finalidade é a comercialização. Dentre os agricultores que disseram produzir principalmente para o autoconsumo, não foi identificado nenhum caso em que os excedentes da produção são comercializados regularmente. Por outro lado, destes 75% que consomem a maior parte de sua produção, 53,3% disseram que têm o costume de compartilhar seus excedentes através de trocas e doações com seus familiares, amigos e vizinhos, demonstrando que a AUP é também uma forma de estreitar laços de solidariedade.

Em *Centre Wellington*, por outro lado, constatou-se que dentre os seis agricultores pesquisados, cinco têm como a principal finalidade a comercialização, apesar de todos eles também terem afirmado consumir os alimentos produzidos. Ainda que um dos entrevistados produza majoritariamente para autoconsumo, ele também afirmou comercializar seus excedentes regularmente. Sendo assim, pode-se considerar que 100% dos agricultores pesquisados no município canadense comercializam suas produções – ainda que esta não seja a principal finalidade de um deles – e 100% dos agricultores consomem os alimentos produzidos – mesmo que, na maioria dos casos, esta seja uma finalidade secundária para os cultivos.

Tendo estes resultados como base, buscou-se entender, no caso dos agricultores que produzem visando o autoconsumo, quais os impactos da AUP em seus hábitos alimentares e de suas famílias, e se ela pode ser considerada uma geradora de economia em suas despesas com alimentos. Em relação aos hábitos alimentares, foi constatado que em ambos os municípios a maior parte dos entrevistados considera que houve, sim, melhoras significativas na alimentação de suas famílias após começarem a cultivar. Em Regente Feijó, 86,6% dos agricultores afirmaram ter notado estas melhoras e em *Centre Wellington* cinco dos seis entrevistados declararam que a alimentação da família melhorou em decorrência da realização dos cultivos.

Durante as entrevistas, os principais argumentos utilizados pelos agricultores para explicar esta melhora estão ligados à ideia de consumir produtos mais frescos e naturais e de ter acesso à alimentos que eles não poderiam consumir com frequência caso não os produzissem, seja pelo preço ou pela indisponibilidade nos mercados e quitandas. Um exemplo desta situação foi mencionado por um dos agricultores de Regente Feijó durante a entrevista. O entrevistado, que possui um pomar no quintal de casa, com grande variedade de espécies frutíferas, disse que a partir das frutas produzidas em sua casa, ele e sua esposa podem beber sucos naturais todos os dias, evitando o consumo de refrigerantes e outros produtos industrializados.

Quanto às economias geradas em suas despesas com alimentos advindas do consumo de suas produções da AUP, no gráfico da Figura 4 são apresentados os resultados obtidos. É importante ressaltar que os dados constantes no gráfico se referem aos agricultores, de ambos os municípios, que afirmaram consumir uma parcela significativa de suas produções, sendo um total de 15 agricultores em Regente Feijó e seis em *Centre Wellington*. Além disto, ressalta-se que estes dados são subjetivos, ou seja, os conceitos de “economia

significante” e “pequena economia” podem variar de acordo com a percepção e as experiências de cada agricultor entrevistado. Conforme observa-se na **Figura 4**, a maioria dos agricultores de ambos os municípios estudados considera que os alimentos advindos da AUP, por meio do autoconsumo, representam uma economia significativa em seus gastos com alimentação.

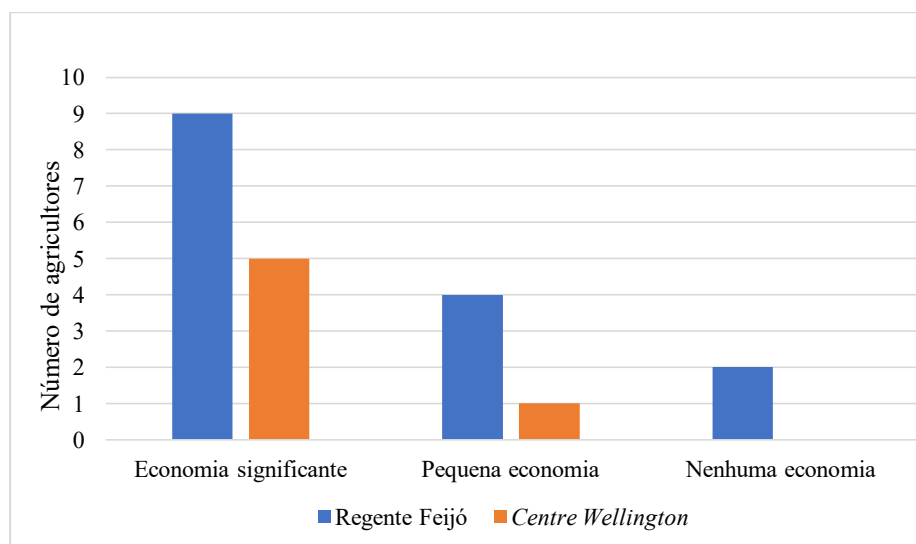


Figura 4: Economia nas despesas com alimentação dos produtores de AUP pesquisados em Regente Feijó e em *Centre Wellington*

Estes resultados revelam a importância da AUP na melhoria da SAN de Regente Feijó e de *Centre Wellington*. De acordo com os dados apresentados, este tipo de agricultura permite que os agricultores e suas famílias se alimentem de forma mais saudável e economizem em suas despesas com alimentos, permitindo que os recursos que seriam gastos na quitanda e no supermercado, sejam utilizados em outros setores básicos, e, contribuindo assim, para a melhoria da qualidade de vida.

Em relação aos agricultores que afirmaram comercializar suas produções, buscou-se entender quais são suas estratégias de comercialização, e foram encontradas diferentes situações. Conforme exposto na **Tabela 1**, os canais mais utilizados pelos produtores da AUP pesquisados em Regente Feijó foram os pequenos mercados e sacolões; os supermercados regionais e a feira livre do município.

Em *Centre Wellington* os canais mencionados por mais agricultores foram as lojas e bancas no próprio local de produção; os “*farmers’ markets*” locais, que são, genericamente falando, o mesmo que conhecemos no Brasil por “feiras livres”, ou seja, são um ponto de venda dos produtores locais, onde os encontros normalmente ocorrem semanalmente; os pequenos mercados locais e a *Community Supported Agriculture (CSA)*. Este último trata-se de uma parceria direta estabelecida entre o agricultor e um número de consumidores, que compram parcelas da produção antes do início da “*growing season*”, que é o período do ano com as condições climáticas ideais para iniciar os cultivos, geralmente no começo da primavera. Em troca, o consumidor recebe uma caixa de alimentos – na maioria dos casos produzidos de forma orgânica – toda semana, durante todo o período das produções (MORGAN et al., 2018).

Tabela 1: Canais de comercialização utilizados pelos agricultores urbanos e periurbanos pesquisados em Regente Feijó e em *Centre Wellington/ON*.

Regente Feijó		Centre Wellington	
Canais de comercialização	Número	Canais de comercialização	Número
Pequenos mercados e sacolões	3	Lojas/bancas no próprio local de produção	5
Supermercados regionais	2	<i>Farmers’ markets</i> locais	4
Feira livre do município	2	Pequenos mercados locais	3
Bancas no próprio local de produção	1	<i>Community Supported Agriculture (CSA)</i>	3
CEAGESP	1	Restaurantes locais	1
Total	9	Total	16

Fonte: Pesquisas de campo (2021 e 2022)

Destaca-se que em muitos destes canais há a formação dos chamados “circuitos curtos de comercialização”, que são caracterizados pela proximidade entre o produtor e o consumidor, e por uma redução no número de intermediários no processo de comercialização, ou, em alguns casos, ocorrendo a venda direta do produtor para o consumidor. Esta redução no número de intermediários no processo de distribuição e comercialização, aproximando produtores e consumidores, bem como a proximidade entre as áreas de cultivo e os locais de venda, valorizam a produção local e as relações de solidariedade, além de diminuir os custos relacionados ao transporte, permitindo a entrega de produtos de qualidade a preços menores aos consumidores.

Em ambos os municípios foi constatado que a AUP desempenha papel importante no abastecimento alimentar e na dinâmica econômica local. Em Regente Feijó, por exemplo, apesar de boa parte da produção de AUP ser orientada ao autoconsumo, os produtos oriundos desta modalidade de agricultura são responsáveis pelo abastecimento da maior parte das verduras folhosas de um dos principais supermercados do município e do principal sacolão, localizado no centro da cidade.

4.2. Infraestrutura das unidades produtivas e organização da produção

Primeiramente, notou-se uma variedade maior de tipos de unidades produtivas em Regente Feijó quando comparado à *Centre Wellington*. No município brasileiro foram identificados três tipos de unidades: os quintais produtivos, ou seja, os cultivos realizados em quintais de residências, que podem ser feitos em canteiros, vasos e pequenos pedaços de terra, correspondendo a 55% dos cultivos pesquisados; as áreas privadas sem edificação, correspondendo a 25% das unidades identificadas e as chácaras, correspondendo a 20% do total de unidades produtivas da pesquisa. Em *Centre Wellington*, no entanto, foi identificado apenas um tipo: as “*farms*”, cujo termo correspondente em português, que será utilizado neste trabalho é “fazendas”.

As “fazendas” urbanas e periurbanas que foram encontradas no município canadense são muito parecidas com as chácaras que foram identificadas em Regente Feijó, exceto pelo fato de que em *Centre Wellington* as produções realizadas nestes espaços têm um caráter mais profissional, ocorrendo com certa constância e garantia todos os anos e, em Regente Feijó, o que foi notado é que as produções realizadas nas chácaras são mais informais, e constituem, na maior parte dos casos, apenas uma forma de lazer e distração, sendo algo menos profissional.

Este é um dos principais pontos de diferenciação entre a AUP dos dois municípios, já que em *Centre Wellington* não foram identificadas iniciativas de AUP em quintais e em outras áreas privadas não edificadas, por exemplo. Pode-se associar este fato à fatores climáticos, já que é muito difícil manter os cultivos durante os meses mais frios do ano, e isto demandaria recursos, técnicas e equipamentos mais avançados, o que provavelmente não seria viável para manter produções em quintais, por exemplo, destinadas apenas ao consumo familiar.

Um fato que chamou a atenção foi que, tanto em Regente Feijó quanto em *Centre Wellington*, em 100% das unidades produtivas pesquisadas o terreno é do próprio agricultor, ou seja, não foi identificado nenhum caso em que as áreas cultivadas são alugadas ou cedidas. Este pode ser um dos fatores responsáveis pela longevidade dos cultivos que foi identificada em ambos os municípios, e deve ser considerado na elaboração de políticas públicas para esta modalidade de agricultura, pois demonstra que, além da atividade já estar consolidada, já existe o espaço disponível para sua realização e a experiência e interesse dos produtores que já exercem a atividade há anos.

Por fim, destaca-se, mais uma vez, quanto à organização social da produção, que a AUP é uma agricultura familiar, realizada no seio da família de forma compartilhada. Em ambas as localidades estudadas ficou clara a predominância da participação de membros da família nas atividades de produção, ainda que, em poucos casos, tenha sido constatada também a contratação de funcionários, seja temporariamente, nas estações mais produtivas do ano, ou de forma permanente.

4.3. Técnicas, recursos e insumos utilizados nos cultivos

O primeiro aspecto analisado neste tópico diz respeito ao manejo utilizado pelos produtores pesquisados. Em Regente Feijó foi constatado que todos os agricultores pesquisados utilizam sistema convencional de cultivo, ou seja, não foi identificado nenhum cultivo baseado nas técnicas de hidroponia, aquaponia, permacultura, ou de produção com certificação orgânica, por exemplo. Uma grande diferença constatada entre os municípios, no entanto, é que em *Centre Wellington* dois dos seis agricultores possuem esta certificação de produção orgânica, enquanto os outros quatro produzem no sistema convencional.

Apesar de nenhum dos agricultores entrevistados em Regente Feijó possuir tal certificação, 75% deles afirmaram que não utilizam adubos químicos e biocidas (agrotóxicos), sendo que destes, alguns fazem uso de métodos orgânicos, tais como esterco de galinha e compostagem feita com restos de frutas, verduras, legumes, sementes, borra de café, sobras de alimentos cozidos e cascas de ovos com a finalidade de adubação; e caldas naturais de preparo caseiro como método de controle de pragas. 25% dos produtores pesquisados declararam utilizar adubos químicos e biocidas (agrotóxicos), dentre eles o adubo de ureia, o sulfato de amônio e a formulação de Nitrogênio (N), Fósforo (P) e Potássio (K) em diferentes proporções; além do glifosato.

Em *Centre Wellington*, apesar de apenas dois dos pesquisados possuírem a certificação de produção orgânica, 100% deles afirmaram que não utilizam nenhum tipo de insumo químico em suas plantações. Os métodos alternativos mencionados pelos agricultores neste caso foram o estrume compostado para adubação dos cultivos e os chamados “*row covers*”, que são coberturas, normalmente feitas com um tipo de pano, colocadas em cima das fileiras de plantações para protegê-las do frio, do sol em excesso e de insetos.

Em Regente Feijó identificou-se uma relação entre a utilização de insumos químicos e a finalidade da produção: os agricultores que produzem majoritariamente para comercialização são os principais utilizadores destes produtos. Em *Centre Wellington*, por outro lado, apesar de cinco dos seis agricultores produzirem principalmente para comercialização, não foi identificada a utilização de insumos químicos em nenhum dos casos pesquisados.

Por meio destas informações, assim como das percepções obtidas durante as entrevistas, nota-se uma diferença entre a mentalidade dos agricultores e consumidores de ambos os países. O que se percebeu no Canadá foi que os produtores entrevistados têm mais preocupações relacionadas ao meio ambiente, em produzir de forma sustentável, e as razões ambientais foram inclusive apontadas por alguns dos entrevistados como a motivação principal para o início dos cultivos. Além disto, percebeu-se, por meio da convivência no país durante o período da pesquisa, que existe maior valorização por parte dos consumidores dos alimentos produzidos de forma orgânica, e estes são muito mais presentes nas quitandas e supermercados em comparação com o Brasil.

Por fim, quanto à água utilizada nos cultivos, em Regente Feijó os agricultores utilizam predominantemente a encanada, distribuída pela rede pública, enquanto em *Centre Wellington* a água retirada de poços e coletada da chuva é mais utilizada. Em ambas as localidades pesquisadas a disponibilidade e o acesso a este recurso não foram indicados como desafios para os agricultores. Em Regente Feijó, no entanto, a elevada tarifa da água encanada distribuída pela rede pública é um fator limitante. Um dos agricultores entrevistados relatou, inclusive, que o preço da água é um dos principais fatores que o impedem de aumentar a sua plantação, que é destinada ao autoconsumo.

4.4. Dificuldades enfrentadas pelos agricultores e apoio governamental destinado à AUP em Regente Feijó e em Centre Wellington

Buscou-se entender, também, quais são as principais dificuldades dos agricultores pesquisados de Regente Feijó e *Centre Wellington* para o desenvolvimento de suas produções, podendo mencionar mais de uma. Em Regente Feijó, as dificuldades mais citadas foram a falta de espaço para expansão dos cultivos e a falta de dinheiro para investimento nas produções, mencionadas por 45% dos agricultores; seguidas pela falta de conhecimento técnico para desenvolver as plantações, falta de tempo e preço da água, mencionadas por 35% dos pesquisados.

A falta de dinheiro para investimento nos cultivos, por exemplo, é uma dificuldade que poderia ser minimizada por meio da criação de políticas públicas adequadas que forneçam crédito aos produtores e que facilitem a comercialização dos alimentos. As pesquisas realizadas em *sites* oficiais, teses, dissertações e artigos a respeito das políticas públicas para a AUP no Brasil revelaram que, apesar de existirem algumas iniciativas, ainda tímidas e recentes, de apoio governamental à AUP nos níveis nacional, estadual e municipal, as únicas políticas existentes atualmente que poderiam beneficiar os trabalhadores desta modalidade de agricultura em Regente Feijó seriam o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

A princípio, tais programas destinavam-se apenas aos agricultores das áreas rurais, que poderiam ter acesso às linhas de crédito desde que dispunham da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) que é o principal documento para a identificação do agricultor familiar. Em 2014, alterações na legislação tornaram possível a emissão da DAP para agricultores familiares que produzem em áreas urbanas, tornando-os aptos a usufruir dos financiamentos oferecidos pelo programa. Isto foi uma grande conquista para os agricultores

urbanos, apesar de a maioria deles ainda não ter a declaração por falta de conhecimento, informação e assistência técnica adequada, como é o caso dos agricultores entrevistados em Regente Feijó. Na pesquisa realizada no município, nenhum dos agricultores afirmou participar de tais programas.

As entrevistas realizadas com representantes de instituições do município (Casa da Agricultura e Câmara Municipal) mostraram que já houve projetos voltados à AUP em Regente Feijó, como hortas comunitárias na área periurbana, mas que foram descontinuados. Também foi constatado que existem oportunidades de capacitação técnica para os trabalhadores desta modalidade de agricultura no município, o que nos leva a entender que, levando em consideração o grande número de agricultores que apontaram a falta de capacitação técnica como uma dificuldade, tais oportunidades precisam de um trabalho maior de divulgação, ao mesmo tempo em que precisa haver mais interesse por parte dos produtores. Os representantes entrevistados também demonstraram conhecimento sobre as iniciativas de AUP existentes no município, e destacaram, inclusive, a importância da realização de estudos que avaliem as condições da AUP no município para que possíveis projetos sejam criados e implementados.

Em *Centre Wellington* foram observadas dificuldades em comum com os produtores de AUP de Regente Feijó, como a falta de dinheiro, mencionada por 83.3% dos agricultores e a falta de espaço, mencionada por 50% dos entrevistados. A falta de conhecimento técnico, por exemplo, que foi uma dificuldade bastante relevante no caso dos agricultores brasileiros, não foi muito expressiva em *Centre Wellington*, tendo sido relatada por apenas um agricultor. No geral, o que foi notado é que existem muitas oportunidades de capacitação técnica e de acesso à informação para os agricultores de *Centre Wellington*. Dentre os seis entrevistados, cinco afirmaram que participam e/ou já participaram de cursos e palestras relacionados à agricultura. Os exemplos mencionados incluem cursos da “*Ecological Farmers Association of Ontario*” (EFAO), que é a Associação de Agricultores Ecológicos de Ontário, da qual alguns dos entrevistados fazem parte, além de alguns cursos sobre AUP oferecidos a distância pela *University of Guelph*, que é a Universidade que acolheu a realização desta pesquisa.

Por outro lado, a falta de tempo, que não foi uma dificuldade expressiva em Regente Feijó, foi constatada em 66.6% dos casos pesquisados em *Centre Wellington*. Podemos associar, por exemplo, a expressividade deste desafio no município canadense com a predominância feminina na liderança das produções. Ao apontarem a falta de tempo como um obstáculo, principalmente por parte das mulheres entrevistadas, foi perceptível a dificuldade de conciliação entre as atividades de agricultura, as atividades domésticas e a maternidade, em alguns casos. O desgaste físico e emocional das mulheres tende a ser muito maior em relação aos homens, principalmente pois a responsabilização do sexo feminino pelas atividades do cuidado – da casa, dos filhos, do parceiro – está presente na história da sociedade patriarcal, tornando a rotina das mulheres muito mais desgastante.

Em relação ao apoio governamental, não foram identificadas políticas públicas voltadas especificamente à AUP que se apliquem aos agricultores de *Centre Wellington*. Constatou-se, no entanto, a existência de uma Lei denominada “Lei de Alimentos Locais” (“*Local food Act*”), que é válida em toda a província de Ontário. A Lei, que está em vigor desde 2013, foi pensada para fortalecer os sistemas alimentares locais, oferecendo novas oportunidades de inserção no mercado a pequenos produtores, elevando o perfil dos alimentos locais e garantindo que o governo da província informe e divulgue o progresso em relação ao consumo de alimentos produzidos localmente (GOVERNMENT OF ONTARIO, 2013). Apesar da Lei não focar diretamente no estímulo à AUP, ela é de grande importância para os pequenos agricultores no geral, pois colabora com o fortalecimento da indústria alimentícia local, aumenta a oferta de empregos e estimula a população a consumir os alimentos locais.

Além disto, também foram identificados sete *community gardens* na área urbana do município, que correspondem, em português, ao que conhecemos como “hortas comunitárias”. Estas hortas são espaços coletivos para o cultivo de alimentos, organizadas por um grupo de pessoas e igrejas que é denominado “*The Centre Wellington Community Garden Network*”. Estas hortas, que ficam, predominantemente, localizadas nos fundos de igrejas, são abertas para toda a população interessada no cultivo de alimentos. A variedade de alimentos produzidos é grande, destacando-se o tomate, a cenoura, a salsinha, a cebolinha, e, principalmente, os temperos e ervas.

De acordo com a representante da rede de organização das hortas que foi entrevistada e com o que foi observado nas visitas feitas a três destas hortas durante a pesquisa, foi constatado que um dos propósitos das hortas é que elas sejam o mais sustentáveis possível. Assim, além das produções serem feitas de forma orgânica, a maior parte da água utilizada nos cultivos é coletada da chuva.

Os alimentos produzidos nestas hortas podem ser consumidos pelos produtores e suas famílias, mas seu destino principal é o *food bank* municipal. Os *food banks*, muito comuns na América do Norte, são

organizações de caridade onde alimentos são depositados e distribuídos a pessoas carentes, que não têm dinheiro suficiente para adquirir os alimentos. Estas produções, portanto, representam uma contribuição importante para o abastecimento do *food bank* de *Centre Wellington*, melhorando, assim, a SAN da população mais carente do município.

A representante entrevistada relatou, ainda, que a principal dificuldade enfrentada pela rede de organização das hortas comunitárias está relacionada à instalação de novas hortas no município. Apesar de haver uma demanda de pessoas interessadas em terem as hortas comunitárias dentro de seus bairros, e muitos cidadãos procurando por mais espaços para cultivar alimentos, a representante afirmou que existe uma grande resistência por parte do governo municipal neste sentido, principalmente quando se trata de ceder novos espaços públicos para a instalação das hortas, como parques, por exemplo. A entrevistada ainda sugeriu que esta resistência para a disponibilização de espaços públicos abertos para a instalação das hortas parte de certo preconceito em relação a elas, e um equívoco de que, com a presença destes espaços de produção coletiva de alimentos, as áreas públicas parecerão sujas e bagunçadas.

A entrevista realizada com o Diretor Geral de Planejamento e Desenvolvimento de *Centre Wellington* revelou que o poder público municipal conhece as práticas de agricultura existentes na área urbana e periurbana do município, e entende sua importância, tanto do ponto de vista econômico quanto social, especialmente no caso das hortas comunitárias que ajudam a abastecer o *food bank* local. O entrevistado reconheceu, no entanto, que não há atualmente muito apoio para estas práticas de AUP por parte do governo municipal, e que isto precisa ser melhorado. Um dos pontos destacados para “justificar” tal deficiência foi que as políticas da província de Ontário são fortemente direcionadas ao uso da terra para moradia e desenvolvimento, mas que, com uma união de esforços, provavelmente seria possível encontrar espaço para políticas que objetivem, principalmente, facilitar a implementação de mais práticas de AUP no município.

5. Conclusões

A pesquisa demonstrou que a AUP é um fenômeno expressivo em ambas as localidades estudadas. Apesar de haver algumas diferenças nas características deste tipo de agricultura nos municípios pesquisados, como, por exemplo, ela ser predominantemente voltada à comercialização em *Centre Wellington* enquanto em Regente Feijó ela é praticada visando principalmente o autoconsumo; constatou-se que em ambos os casos ela é um fator importante na garantia dos princípios da SAN e apresenta contribuições importantes para o abastecimento alimentar local.

Foi percebido, também, que em ambos os municípios esta modalidade de agricultura não é contemplada adequadamente com apoio governamental e políticas públicas. As dificuldades relatadas pelos agricultores entrevistados para o desenvolvimento dos cultivos poderiam ser minimizadas por meio de ações de apoio à AUP tanto em âmbito federal, quanto estadual e municipal. Tais ações são necessárias para que seja possível extrair o máximo benefício que a produção de alimentos em áreas urbanas e periurbanas pode proporcionar, nas esferas econômica, social e ambiental.

Ressalta-se, por fim, que trabalhos como este, de caracterização das práticas de AUP em diferentes localidades, se fazem necessários no sentido de permitirem o entendimento das necessidades dos produtores das áreas urbanas e periurbanas locais e mostrarem, de forma clara e objetiva, as contribuições que advêm de tal prática, tornando-se, assim, uma fonte de informações importante que pode servir de subsídio à elaboração de políticas públicas e projetos que visem suprir tais necessidades com a finalidade de multiplicar seus benefícios e contribuições.

Agradecimentos:

Agradecemos o suporte da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP – Campus de Presidente Prudente) e do Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária (GEDRA). Destacamos que o presente trabalho foi realizado com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) – processos nº 2020/00738-3 (Bolsa de Mestrado) e 2021/00286-8 (BEPE), à qual prestamos nossos agradecimentos. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

Notas:

Este artigo faz parte da Dissertação de Mestrado da primeira autora.

Referências

- AHRENS, A. **Victory Garden food history**. Heritage Toronto, 2020. Disponível em: <<https://www.heritagetoronto.org/explore-learn/victory-garden-food-history/>>. Acesso em: 17 ago. 2022.
- AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. **Revista Ambiente e Sociedade** [online], vol. 10, n. 1, p. 137-150, jun. 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-753X2007000100009>>. Acesso em: 28 ago. 2022.
- BRASIL. **Lei Nº 11.346 de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm>. Acesso em: 05 jan. 2021.
- CENTRE WELLINGTON. **Heritage**. Centre Wellington. Disponível em: <<https://www.centrewellington.ca/en/explore-cw/heritage.aspx#>> Acesso em: 03 ago. 2022.
- ESPAÑA, E. D. **La agricultura en espacios periurbanos en el municipio de Alboraya**. Valencia: Universidad de Valencia, Conselleria d'Agricultura i Pesca, 1991.
- GOVERNMENT OF ONTARIO. **Local Food Act**. Chapter 7, 2013. Disponível em: <<https://www.ontario.ca/laws/statute/13107>>. Acesso em: 29 ago. 2022.
- IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Cidades: Regente Feijó. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/regente-feijo.html>>. Acesso em: 30 mai. 2024.
- LEVENSTON, M. Canada: A national strategy for urban agriculture. **City Farmer Society**, 2016. Disponível em: <<http://www.cityfarmer.org/FinalSunnyDaysMiddle.pdf>>. Acesso em 15 ago. 2022.
- MARTINS, P.; VINHOLI, A. C. Êxodo rural e a identidade dos agricultores urbanos em Itajaí/SC. In: MARTINS, Pedro; SÁNCHEZ, Héctor Ávila; WELTER, Tânia (Orgs.). **Território & sociabilidade: relatos latinoamericanos**. 1. ed., Florianópolis: UDESC, p. 55-77, 2012.
- MORGAN, E. H.; SEVERS, M. M.; HANSON, K. L.; MCGUIRT, J.; BECOT, F.; WANG, W.; KOLODINSKY, J.; SITAKER, M.; PITTS, S. B. J.; AMMERMAN, A.; SEGUN, R. Gaining and maintaining a competitive edge: Evidence from CSA members and farmers on local food marketing strategies. **Sustainability**, vol. 10, n. 7, jun. 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.3390/su10072177>>. Acesso em: 28 ago. 2022.
- MOUGEOT, L. J. A. **Urban Agriculture: Definition, Presence, Potentials and Risks, and Policy Challenges**. Cities Feeding People Series Report 31. Published by International Development Research Centre (IDRC), 2000. Disponível em: <<https://idl-bnc-idrc.dspacedirect.org/bitstream/handle/10625/26429/117785.pdf?sequence=12>>. Acesso em: 28 ago. 2022.
- NELSON, E.; KNEZEVIS, I., LANDMAN, K. The uneven geographies of Community food initiatives in southwestern Ontario. **Local Environment**, vol. 18, n. 5, p. 657-577, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/13549839.2013.788489>>. Acesso em 29 ago. 2022.
- PESSÔA, C. C. **Agricultura Urbana e Pobreza: Um estudo no município de Santa Maria – RS**. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2005.
- PIRES, V. C. Agricultura Urbana como Fator de Desenvolvimento Sustentável: Um Estudo na Região Metropolitana de Maringá. **Revista Pesquisa & Debate**, São Paulo, vol. 27, n. 2 (50), dez. 2016. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/21318>>. Acesso em: 28 ago. 2022.
- STATISTICS CANADA. **Census Profile, Centre Wellington, Township**, 2016. Disponível em: <<https://abre.ai/eNR5>>. Acesso em: 03 ago. 2022.
- STEINBERG, J. La périurbanisation en France (1968-2002). *Revista GeoINova*, n.7, p. 75- 86, 2003.

VALE, A. R., GERARDI L. H. O. Crescimento urbano e teorias sobre o espaço periurbano: analisando o caso do município de Araraquara (SP). In: GERARDI L. H. O.; CARVALHO, P. F. (Org.) **Geografia: Ações e Reflexões**. Programa de Pós-graduação em Geografia da Unesp - Rio Claro (SP), p. 231-246, 2006.



BY



NC



SA

Este artigo é distribuído nos termos e condições do *Creative Commons Attributions/Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual* (CC BY-NC-SA).